

POLÍTICO-“AGRICULTOR DE CANAS”: FRANCISCO GONÇALVES MARTINS E A COMISSÃO PARA MELHORAMENTO DO AÇÚCAR DA PROVÍNCIA DA BAHIA (1852-1857)¹

 Silvana Andrade dos Santos^{2;3}

RESUMO

Este artigo analisa como demandas relativas ao aperfeiçoamento da produção açucareira foram pautadas na política provincial da Bahia e no Império em meados do século XIX. Para isso, nos debruçamos sobre a atuação de Francisco Gonçalves Martins, político e senhor de engenho baiano, em torno da “Comissão para melhoramento do cultivo da cana e do fabrico do açúcar”, formada na província em 1852. Propomos que políticos-senhores de engenhos, alinhados ao projeto de centralização

1 Diferentes versões desse texto foram apresentadas no Simpósio Temático “O Império do Brasil e a Segunda Escravidão”, no 32º Simpósio Nacional de História, em São Luís; em reunião interna do Grupo de Pesquisa “O Império do Brasil e a Segunda Escravidão”; e no 1º Seminário NEPHES-UFF. Agradeço às pessoas que nessas diferentes oportunidades ofereceram críticas e sugestões às reflexões aqui apresentadas. Agradeço, ainda, a Nora de Cássia Gomes Oliveira, e às pessoas que emitiram os pareceres, pela leitura atenta e comentários ao artigo.

2 Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, Bahia, Brasil.

3 Professora Visitante na Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Doutora em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF), com Pós-Doutorado no Departamento de História da Universidade de São Paulo (USP). Esta pesquisa contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo - FAPESP (Processo: 2021/11054-0). E-mail: silvanaandradeh@gmail.com

política e manutenção da escravidão no Brasil, fizeram uso de cargos públicos, envidando esforços para amparar a produção açucareira em um contexto de concorrência interna (com o café) e externa (com outras regiões produtoras de açúcar). O texto está organizado em três seções, nas quais abordamos: trâmites envolvendo a formação da Comissão na Bahia; debates em torno do melhoramento do açúcar na Assembleia Geral; e resultados obtidos a partir dos trabalhos da Comissão. Ressaltando a articulação entre atuação política e vínculos econômicos, buscamos contribuir para compreensão da complexa trama política imperial. Foram utilizadas como fontes, principalmente, relatórios de presidentes da província da Bahia, atas da Assembleia Provincial da Bahia e da Assembleia Geral.

PALAVRAS-CHAVE

Política – Economia – Açúcar - Melhoramento agrícola - Império.

POLITICIAN-"SUGAR PLANTER": FRANCISCO GONÇALVES MARTINS AND THE COMMISSION FOR IMPROVEMENT OF SUGAR OF BAHIA (1852-1857)

ABSTRACT

This article analyzes how claims regarding the improvement of sugar production were addressed in the provincial politics in Bahia and in the Empire of Brazil in the mid-19th century. To do this, we looked at the work of Francisco Gonçalves Martins, a politician and plantation sugar planter from Bahia, in the Commission for the Improvement of Sugarcane Cultivation and Sugar Production, formed in the province in 1852. We propose that politicians-sugar planters, aligned with the project of political centralization and the maintenance of slavery in Brazil, made use of public office, making efforts to support sugar production in a context of internal competition (with coffee) and external competition (with other sugar-producing regions). The text is organized into three sections, which deal with: procedures surrounding the formation of the Commission in Bahia; debates on sugar improvement in the Brazilian Parliament; and the results obtained from the Commission's work. By highlighting the link between political action and economic ties, we seek to contribute to understanding the complex imperial political fabric in Brazil. The main sources used were reports by the presidents of the province of Bahia, the minutes of the Provincial Assembly of Bahia, and of Brazilian Parliament.

KEYWORDS

Politics – Economy – Sugar - Agricultural improvement - Empire of Brazil.

Recebido em: 26/06/24 - Aprovado em: 12/05/2025

Editoras responsáveis

Mariana Albuquerque Dantas
Melina Kleinert Perussatto

Disponibilidade de dados

Os dados e demais informações obtidas para o presente estudo
estão no próprio texto

Introdução

Entre finais do século XVIII e início do século XIX, a era das revoluções provocou transformações políticas, econômicas e sociais no mundo atlântico⁴. No plano político, por exemplo, ocorreram movimentos de independência de colônias nas Américas hispânica e portuguesa e a construção dos Estados e das Nações nos países recém-emancipados. Na esfera econômica, a Revolução de São Domingos e a Guerra de Independência do Haiti (1791-1804) interromperam a produção de gêneros tropicais em uma das principais regiões exportadoras do continente americano, num momento em que a demanda por *commodities* crescia no mercado mundial, levando ao desenvolvimento agrícola e ao recrudescimento do sistema escravista (uma segunda escravidão), em determinadas regiões da América⁵.

No campo das mentalidades, aqueles processos resultaram em um distanciamento entre experiências pretéritas e o que determinados grupos e indivíduos poderiam esperar do futuro, criando novos horizontes de expectativas. Além disso, no período, se consolidou a noção de progresso, único e universal, e a história passou a ser concebida como um contínuo e crescente aperfeiçoamento. Assim, embora, cronologicamente, todas as pessoas estivessem dentro de um mesmo tempo, grupos, países e/ou classes sociais poderiam se perceber como à frente ou em atraso em relação a outros. Os que se viam nessa posição, buscavam alcançar ou ultrapassar os que eram considerados avançados⁶.

Atravessado por aqueles eventos, o Brasil se tornou independente na década de 1820. Ao mesmo tempo, no país, ramos agrícolas, como cana e, principalmente, café, responderam de forma positiva aos estímulos externos. Relativamente nova, a lavoura cafeeira encontrou condições favoráveis para se disseminar e expandir no Vale do Paraíba. Suplantando o açúcar, na década de 1830 o café se tornou o principal produto de

4 Hobsbawm, 2014.

5 Tomich, 2016; Tomich, 2011; Marquese & Salles, 2016.

6 Koselleck, 2006, p. 317.

exportação do Império, e o Brasil o maior produtor mundial da *rubiácea*. Ao mesmo tempo, receitas geradas pela exportação de açúcar, cujo cultivo remontava ao período colonial, apresentaram aumento, e o gênero seguiria como segundo produto de exportação brasileiro até os anos 1860. No entanto, o açúcar brasileiro respondia por uma parcela cada vez menor da produção mundial, ofuscado pelo açúcar de cana produzido em Cuba, que havia assumido a dianteira no mercado internacional naquele contexto, e do açúcar de beterraba produzido na Europa⁷.

A historiografia tem demonstrado que a construção e consolidação do Brasil enquanto Estado independente e a montagem e expansão da lavoura cafeeira estiveram intimamente relacionadas. Especialmente a partir de 1837, com o Regresso, foram adotadas medidas e posicionamentos que visavam garantir a unidade político-territorial e o suprimento de mão de obra escrava para a agricultura, em tese ameaçados pela instabilidade dos primeiros anos da Regência e pela promulgação da Lei Feijó, que proibiu o tráfico transatlântico para o país em 1831. Naquele contexto, indivíduos ligados à cafeicultura do Vale do Paraíba foram capazes de se articular politicamente, se tornar uma classe dominante nacionalmente e impor uma direção ao Estado Imperial em torno da defesa da escravidão e da centralização política. Ambas eram vistas como essenciais para a prosperidade econômica do Império – e da cafeicultura –, e para manutenção da ordem social vigente⁸.

Nesse sentido, espaços discursivos do liberalismo, como o parlamento e a imprensa, bem como direitos, a exemplo do direito à petição garantido pela Constituição de 1824, foram utilizados por políticos, indivíduos e grupos ligados à produção para a exportação, em diferentes oportunidades, para amparo de interesses econômicos e escravistas. Essa articulação foi verificada, por exemplo, no contexto da abolição do tráfico transatlântico, na primeira metade do século XIX, quando aqueles espaços foram utilizados na defesa da continuidade do contrabando de escravizados em nível sistêmico e, posteriormente, da manutenção da

7 Eisenberg, 1977; Stein, 1990; Guimarães, 1997, p. 37; Barickman, 2003.

8 Mattos, 1987; Salles, 2012.

escravidão e no contexto da elaboração e promulgação da Lei do Ventre Livre⁹.

Para a consolidação do projeto político de defesa da escravidão e de centralização política, liderado por interesses ligados à cafeicultura, a adesão de agentes oriundos de outras regiões e atividades econômicas, como pessoas vinculadas à produção açucareira no Recôncavo Baiano, fora de suma importância. Conforme acima mencionado, a despeito da perda de espaço no mercado mundial, a produção açucareira, principal atividade econômica na Bahia, continuava a ter peso importante nas exportações do Império. Além disso, a Bahia forneceu o maior número de presidentes ao Conselho de Ministros e detinha a segunda maior bancada na Assembleia Geral e no Senado¹⁰.

Conforme Ricardo Salles, o caminho seguido na burocracia governamental e a formação de alianças com famílias, naquela conjuntura, “mais ricas e poderosas”, ligadas à cafeicultura, fez com que muitos políticos da Bahia, por exemplo, mesmo mantendo vínculos com suas províncias de origem, rumassem para a Corte e fossem absorvidos pelo centro. O autor ressalta, contudo, que a Corte era também “Um lugar onde se criavam melhores condições até mesmo para fazer política na própria província”¹¹.

Na política imperial, interesses de cafeicultores e senhores de engenhos, oriundos respectivamente do Vale do Paraíba e do Recôncavo Baiano, por exemplo, poderiam convergir no que tange a questões que tinham implicações comuns sobre diferentes atividades econômicas, como a defesa da escravidão atrelada à demanda por mão de obra para o setor agrícola. Contudo, dado às particularidades de condições de produção e comercialização do açúcar e do café naquela conjuntura, havia questões que eram próprias de cada uma destas atividades. Miriam Dolhnikoff demonstrou que a defesa de interesses específicos de determinadas atividades econômicas poderia gerar desentendimentos

9 Parron, 2011; Youssef, 2016; Miranda, 2018.

10 Mattoso, 1992, p. 271; Mello, 1999, p. 18; Santana, 2002, p. 47.

11 Salles, 2012, p. 26-28.

entre bancadas de diferentes províncias na Assembleia Geral, uma vez que, por exemplo, criação de impostos e taxas tanto internas quanto externas que beneficiassem uma atividade econômica poderia prejudicar outra atividade ou região¹². Então, como articulações relativas ao melhoramento da produção açucareira, questão latente na agricultura brasileira no século XIX, que afetava províncias distintas em todo o Império, teriam se dado nas Assembleias Provinciais e na Assembleia Geral?

Tendo em vista o peso político-econômico da província da Bahia e do açúcar no Império do Brasil, neste artigo analisamos como demandas relativas ao aperfeiçoamento da produção açucareira foram pautadas na política provincial da Bahia e no Império em meados do século XIX. Propomos que políticos-senhores de engenhos, alinhados aos projetos de centralização política e manutenção da escravidão no Brasil, fizeram uso de cargos públicos e buscaram se articular tanto na esfera provincial quanto imperial, envidando esforços para amparar a produção açucareira.

Para isso, nos debruçamos sobre a formação, debates e resultados da Comissão para melhoramento do cultivo da cana e do fabrico do açúcar da província da Bahia. Os principais eventos que envolveram a Comissão se deram na década de 1850, entre os anos de 1852 e 1857, período imediatamente após a abolição definitiva do contrabando negreiro para o Brasil, e momento em que pela primeira vez o café atingiu mais de 50% e o açúcar ficou abaixo dos 20% das exportações brasileiras. Além disso, iniciada na Assembleia Provincial da Bahia, a Comissão alcançou diferentes instâncias políticas, o que faz dela objeto privilegiado de análise.

1. Formação de Comissão

No ano de 1848, após o fim do quinquênio liberal na administração do Império e na esteira da ascensão do partido conservador à presidência do Conselho de Ministros, foi nomeado presidente da Bahia Francisco Gonçalves Martins. Ele era natural da província, tendo nascido na vila de Santo Amaro, no Recôncavo, centro da produção açucareira baiana.

12 Dolhnikoff, 2005.

Membro de família proprietária do Engenho São Lourenço, havia estudado Direito em Coimbra. Naquela altura, aos 41 anos, tinha ocupado cargos tanto na justiça e na polícia, quanto na política, como juiz de direito da comarca de Salvador e chefe de polícia da Bahia (funções desempenhadas ao longo da década de 1830); deputado provincial, de 1834 a 1845; e deputado geral, a partir de 1838¹³.

Indicados pelo Imperador, os presidentes deveriam representar interesses do Império na esfera provincial, articulando a relação entre ambas com o objetivo de garantir unidade territorial e centralização política. Nesse sentido, a nomeação de pessoas para administração de suas províncias de nascimento era prática incomum, mas se configurava como alternativa viável em circunstâncias nas quais mediações com elites locais se faziam especialmente necessárias¹⁴.

À época, o Brasil vivia período politicamente conturbado, com conflitos na região do Prata e em Pernambuco – que representavam ameaças à ordem e à centralização –, e a Bahia possuía largo histórico de insurreições. Gonçalves Martins gozava de prestígio na província e na esfera nacional por suas atuações como chefe de polícia na repressão à Revolta dos Malês (1835) e à Sabinada (1837). Ademais, desde o Regresso esteve alinhado com o projeto político daquilo que viria se tornar o Partido da Ordem, mais tarde Partido Conservador¹⁵. Por conseguinte, sua indicação para o cargo deveria atender aos anseios por garantir estabilidade política na província.

Quatro anos após sua nomeação para a presidência, os conflitos no Prata e em Pernambuco haviam sido debelados. Outras questões se instauraram, entretanto. De um lado, havia a necessidade de suprir a demanda por mão de obra intensificada com a abolição do contrabando negreiro em 1850. De outro, a produção e exportação de açúcar na Bahia entrava em queda, depois de décadas apresentando tendência

13 Blake, 1893; Wildberger, 1949.

14 Slemian, 2007.

15 Needell, 2009.

de crescimento; e o produto obtinha participação percentual cada vez menor nas exportações brasileiras¹⁶.

Em 1 de março de 1852, falando aos deputados baianos na abertura da Assembleia Provincial, Gonçalves Martins manifestou apreensão com os rumos da produção açucareira na província. Seguramente, a prosperidade econômica da Bahia era de interesse do Império, que tinha na arrecadação de impostos de exportação uma das principais fontes de receita¹⁷. Ao mesmo tempo, membro de família proprietária de engenhos, o presidente também tinha, como ficaria evidente mais tarde, preocupações de cunho pessoal com a situação da empresa açucareira.

A apreensão se embasava, em partes, em informações fornecidas por John/João Monteiro Carson, engenheiro estadunidense radicado na Bahia¹⁸. Carson era membro de uma comissão, formada por solicitação do governo imperial, encarregada de analisar inovações promovidas por Thomaz Pedreira Geremoabo no Engenho Novo, em Maragogipe. Conforme Gonçalves Martins, citando Carson, a situação da lavoura da cana e do fabrico do açúcar merecia “séria e urgente atenção da Assembleia, do Governo e dos Proprietários que encontrarão sua infalível ruína na deste primeiro gênero de produção Baiana”¹⁹.

Depreende-se da afirmação de Martins uma associação entre a ruína da produção açucareira e a ruína dos proprietários e, pode-se dizer, de alguns dos políticos ali presentes ou de grupos a eles relacionados. A penetração de indivíduos ligados à produção açucareira na política imperial baiana, no Conselho Geral da Província e, posteriormente, nas primeiras legislaturas da Assembleia Provincial era significativa.²⁰. A despeito da ideia de que, assim como na esfera imperial, na Bahia, os chamados proprietários tenham perdido espaço na política para bacharéis e políticos, cuja atuação não necessariamente estava pautada

16 Guimarães, 1997, p. 37; Barickman, 2003, p. 73.

17 Abreu & Lago, 2014.

18 Sobre a atuação de John Monteiro Carson em outras atividades na Bahia, ver: Santos, 2023a.

19 Martins, 1852, p. 60. [grifo nosso]

20 Oliveira, 2017, p. 114-115; Santana, 2002, p. 81.

em interesses econômicos e/ou regionais²¹, o que se verifica nesse caso é uma atuação pautada, como observado em investigações a respeito de outras regiões do Brasil, em uma convergência entre atuação política e econômica, entre público e privado²².

O prognóstico também evidenciava a adoção de perspectiva comparativa em relação à produção açucareira desenvolvida em outras regiões da América e na Europa. Naquele momento, as experiências pretéritas de três séculos dedicados ao cultivo da cana e ao fabrico do açúcar realizadas no Recôncavo pareciam, aos olhos de homens como Carson e Gonçalves Martins, não ser mais suficientes para manter o açúcar baiano competitivo no mercado mundial.

Segundo o presidente, quando comparado à produção de açúcar de cana nas Antilhas e nos Estados Unidos, e mesmo de beterraba, na Europa, se verificava que os engenhos baianos e o trabalho no campo na Bahia eram menos eficientes. Além disso, o açúcar produzido na província era de menor qualidade. Desde aquela perspectiva, a produção açucareira baiana era vista como “atrasada” e, por isso, na leitura de Gonçalves Martins, a sorte estava lançada: caso não fossem tomadas providências “o açúcar baiano, ou antes, brasileiro, deve retirar-se da luta”²³.

Para ele, medidas plausíveis que visassem atenuar a situação deveriam girar em torno da realização de inovações que poupassem mão de obra; da redução de impostos; e da coibição de fraudes na comercialização do açúcar. Ademais, era de suma importância buscar meios de equiparar a produção baiana àquela realizada em países considerados adiantados. Concluído o prognóstico, o presidente expressou intenção de envidar esforços no âmbito das administrações provincial e imperial para auxiliar os lavradores na busca por melhoramentos voltados à produção açucareira, e rogou o apoio dos deputados baianos²⁴.

21 Carvalho, 2008; Santana, 2002, p. 81.

22 Mattos, 1987; Parron, Youssef & Estefanes, 2014.

23 Martins, 1852, p. 60-62.

24 Martins, 1852, p. 60-62.

Cabia às Assembleias Provinciais a discussão e aprovação dos orçamentos das províncias e, portanto, Gonçalves Martins necessitava de aval dos parlamentares para a concretização do intento²⁵. Nesse sentido, detalhou sua proposta. Manifestou intenção de incumbir John Monteiro Carson, em sua ida seguinte à Europa, de percorrer “os mais avançados estabelecimentos açucareiros” a serviço da província da Bahia. Sugeriu, ainda, que se somasse a ele Joaquim Antonio Moitinho Junior/Filho²⁶. Este vinha sendo mantido no continente europeu com subsídio provincial desde o ano de 1847, se dedicando ao estudo, primeiro, de engenharia civil e, posteriormente, de química industrial, inclusive o fabrico do açúcar²⁷.

A ideia era de que eles visitassem propriedades na Europa e na América, examinando com especialidade: métodos empregados relativos à redução da demanda por mão de obra, ao aumento da produtividade dos trabalhadores, e ao aprimoramento agrícola; e ferramentas empregadas nas atividades do campo. Adquirissem instrumentos agrícolas e engajassem operários experientes no seu manejo. Além disso, Carson e Moitinho Junior ficariam incumbidos de comprar, entre os processos de fabrico do açúcar analisados, um exemplar de um “aparelho completo” – leia-se, máquina a vapor e clarificadores – que considerassem mais adaptável à realidade baiana. O maquinário seria instalado em um engenho “mediante razoável indenização à província”. Em seu retorno, Carson e Moitinho Junior deveriam ainda dirigir os melhoramentos na cultura da cana e no fabrico do açúcar na Bahia²⁸.

A busca por aprimorar a produção açucareira não era uma novidade na Bahia e no mundo. Desde o último quartel do século XVIII e especialmente a partir da primeira metade do século XIX, agricultores ilustrados e senhores de engenho, de forma individual

25 Brasil, 1852. A respeito das atribuições das Assembleias Provinciais. Cf: Gouvêa, 2008.

26 Martins, 1852, p. 62. [grifo nosso] Moitinho Junior era filho de Joaquim Antonio Moitinho, que havia sido membro do Conselho Geral de Província, deputado provincial e sócio da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia. Cf: Santana, 2002; Araújo, 2010; Oliveira, 2017.

27 Lei 264 de 26 de abril de 1847; Resoluções 304 de 29 de maio de 1848; 391 de 14 de maio de 1850; 411 de 03 de maio de 1851. Cf: Collecção, 1863; Leis, 1848; Collecção, 1865.

28 Martins, 1852, p. 63.

ou em sociedade, buscaram implementar inovações técnicas, realizar experimentos e publicar obras (originais e traduzidas) que visavam promover melhoramentos na produção agrícola baiana, notadamente no setor açucareiro²⁹. Destacaram-se, nesse sentido, aprimoramentos e experimentos, bem como a publicação da obra *Novo methodo* de fazer açúcar ou reforma geral econômica dos engenhos do Brasil, realizados por Manoel Jacintho de Sampaio e Mello, proprietário do engenho São Carlos, o “Engenho Filosofia”, em Cachoeira³⁰; a fundação e atividades da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia (1832-1836)³¹; a publicação da obra *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*, de Miguel Calmon du Pin e Almeida, em 1834; e a introdução de máquina a vapor por Thomaz Pedreira Geremoabo no Engenho Novo, acerca da qual, conforme acima mencionado, a realização de avaliações motivou a proposição da Comissão³².

O melhoramento da produção açucareira havia se configurado ainda como alvo de atuação da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, que dedicou atenção especial à matéria. Ao longo dos anos 1840 até 1851, projetos apresentados no órgão versaram sobre publicação de obras que visassem o aprimoramento da agricultura da província (Projeto nº 13 de 1850), bem como sobre contratação de indivíduos, concessão de privilégios, prêmios e isenções relativas ao aprimoramento do fabrico do açúcar e ao aumento da produtividade dos engenhos (Projetos nº 5 de 1842, nº 35 de 1842, nº 1 de 1843, nº 29 de 1844, nº 62 de 1847, nº 26 de 1850; nº 10 de 1851)³³.

Além disso, diante de fatores como limitação ao acesso de mão de obra escrava de origem africana, a partir das ofensivas contra o tráfico transatlântico; de queda na produção agrícola, em virtude, por exemplo, de desflorestamento e erosão dos solos; e da demanda por incorporação

29 Araújo, 2010, p. 51; Silva, 2019, p. 81.

30 Mello, 1816.

31 Sobre a atuação da SACIPBA, ver Araújo, 2010.

32 Martins, 1852, p. 60.

33 Santos, 2023b.

de inovações técnicas e tecnológicas, devido ao aumento da concorrência internacional, especialmente com o açúcar de beterraba, medidas voltadas ao melhoramento da produção açucareira também eram desenvolvidas em outras regiões do Brasil e nas Américas. Naquele contexto, em áreas produtoras de *commodities*, a circulação de informação, de pessoas com *expertise* e de espécies entre diferentes regiões; a elaboração de relatórios, adoção e adaptação tecnologias; a realização de experimentos, entre outras iniciativas, se tornou prática recorrente³⁴. Nesse sentido, e em virtude das mobilizações ocorridas em anos anteriores, é provável que houvesse um cenário favorável ao acolhimento da proposta na Assembleia Provincial.

Dias depois da fala de Martins, em 20 de março, o deputado conservador João José de Oliveira Junqueira Júnior apresentou projeto na Assembleia que materializava a proposição do Presidente. Por meio deste se autorizava o governo “a mandar uma pessoa idônea estudar na Europa e nas Antilhas os melhoramentos nas máquinas de fazer açúcar”³⁵. Lido, o projeto foi dispensado de interstício, a pedido do deputado João Victor; teve segunda leitura e entrou para a ordem do dia³⁶. O orçamento provincial aprovado naquele ano autorizava o governo “a despender, desde já, com a Comissão nomeada para estudar os melhoramentos do cultivo da cana, fabrico do açúcar etc., a quantia que for precisa [...]”³⁷.

A proposta de Martins, abraçada pela Assembleia Provincial por meio do projeto de Junqueira Júnior, apresentava peculiaridades. Iniciativas realizadas até o momento na Bahia, nos âmbitos privado e público, voltadas para o melhoramento da produção açucareira, se deram, principalmente, a partir da busca por atração de conhecimento de fora para a província e abrangiam: aquisição de sementes, ferramentas, máquinas e trabalhadores especializados; contrato e premiação de

34 Fernández Prieto, 2008; Fernández Prieto, 2018; Rood, 2016.

35 Projetos de Lei e Resolução, Arquivo Público do Estado da Bahia, Salvador, Brasil (doravante APEB). Seção Legislativo, livro 161. [grifo nosso].

36 Projetos de Lei e Resolução, APEB, Seção Legislativo, livro 161; Atas da Assembleia Legislativa Provincial da Bahia, APEB, Seção Legislativo, livro 231.

37 Lei 454 de 5 de julho de 1852. [grifo nosso] Cf.: Collecção, 1865.

inventores e introdutores; concessão de isenções; publicação de obras; e realizações de experimentos. No que tange às iniciativas públicas, havia delimitação da verba a ser despendida³⁸.

Por seu turno, a proposta apresentada em 1852 versava sobre realização de expedição, financiada pelos cofres públicos, para estudar inovações implementadas na produção açucareira *in loco*, a partir do envio de pessoas consideradas confiáveis “idôneas” e capacitadas, versados tanto em conhecimentos de engenharia quanto nas especificidades da província. Ademais, a autorização para realização de despesa foi feita sem que tenha havido delimitação de valores a serem gastos “a quantia que for precisa”.

Em 3 de maio de 1852, antes da autorização por parte da Assembleia Provincial da realização da despesa, Carson e Moitinho Junior foram nomeados por Francisco Gonçalves Martins para compor a intitulada Comissão para melhoramento do cultivo da cana e do fabrico do açúcar da província da Bahia. Além deles, fora chamado para participar da expedição Francisco Muniz Barreto de Aragão, membro da elite açucareira do Recôncavo e formado em ciências jurídicas, que declinou o convite³⁹. Também teve papel de suma importância na realização dos trabalhos o negociante e traficante negreiro Joaquim Pereira Marinho, que, a pedido Martins, atuou como credor na viagem⁴⁰.

2. O melhoramento do açúcar no parlamento imperial

Enquanto corriam trâmites relativos à Comissão na Bahia, discussões sobre o melhoramento do açúcar permearam o parlamento imperial. Isso se deu, em grande medida, em virtude da nomeação de Francisco Gonçalves Martins, principal articulador daquela expedição, para o cargo de Ministro de Negócios do Império do Brasil em maio de 1852, no gabinete liderado pelo político conservador e saquarema Joaquim José

38 Araújo, 2010; Alves, 2019; Silva, 2019; Santos, 2023a.

39 Wanderley, 1853, p. 73.

40 ANNAES, 1877a, p. 29.

Rodrigues Torres (Visconde de Itaboraí). Debates ocorridos na Assembleia Geral em torno da questão evidenciam a complexidade da trama política à época e a existência de convergências e tensionamentos em torno de interesses econômicos diversos.

No dia 17, o Ministro compareceu à Assembleia Geral para falar aos deputados. Naquela altura, havia expectativa de como seria sua atuação, bem como a do gabinete (que conservava três dos seis componentes do ministério anterior, inclusive o próprio Itaboraí), em relação ao suprimento da demanda por mão de obra intensificada pela extinção do tráfico transatlântico. Provocado a se pronunciar a respeito pelo deputado Antonio Barreto Pedroso (Rio de Janeiro), Martins afirmou que se empenharia em resolver a questão, cooperando para introdução de trabalhadores e máquinas no país⁴¹. Aproveitou a oportunidade para destacar o benefício que medidas como estas trariam, por exemplo, para a produção açucareira, otimizando trabalho e poupando “muitos braços”. No que foi interpelado pelo deputado: “Também é preciso atender à lavoura do café”⁴².

O Ministro reconheceu que “o café é também lavoura muito importante” e explicitou as razões pelas quais considerava que o açúcar merecia especial atenção. Para ele, o açúcar estava “muito ameaçado, e talvez de morte”, porque além de sofrer com a falta de mão de obra “que todas as outras [lavouras] sofrem”, ao contrário do café, vinha enfrentando “concorrência matadora” no mercado internacional, tanto do açúcar de cana quanto do açúcar de beterraba produzido em outras regiões do mundo. Barreto Pedroso insistiu, “contanto que o ministério não se

41 Antonio Pereira Barreto Pedroso era natural de Minas Gerais e formado em ciências jurídicas pela Universidade de Coimbra. Foi nomeado presidente da província da Bahia na Regência de Araújo Lima, e exerceu o cargo por curto período, entre o fim de 1837 e o início de 1838, durante os acontecimentos da Sabinada. Ele era filho de Miguel Pedroso Barreto, tabelião e um dos pioneiros do plantio de café em Resende, no Vale do Paraíba. Naquela altura representava, no Parlamento, a província do Rio de Janeiro (Wildberger, 1949; Lopes, 2021, p. 14).

42 ANNAES, 1877b, p. 37-41.

esqueça da lavoura do café”. Ao que Martins respondeu “Não é possível que o ministério se esqueça do principal ramo de riqueza do país”⁴³.

Gonçalves Martins e Barreto Pedroso pertenciam a famílias ligadas à produção para exportação (ao açúcar e ao café, respectivamente); haviam estudado direito em Coimbra; seguiam carreira política e jurídica; e integravam o partido conservador, que compunha maioria na Câmara. Eles, inclusive, atuaram conjuntamente durante a Sabinada, quando aquele foi chefe de polícia da Bahia e este presidente da província. Alinhados na sustentação de pilares que representavam interesses comuns (defesa da ordem, da centralização e da manutenção da escravidão), estavam vinculados a atividades econômicas que ocupavam posições diferentes na economia brasileira e no mercado mundial.

O episódio que protagonizaram na Câmara indica que indivíduos com trajetórias semelhantes e que convergiam politicamente poderiam circunstancialmente apresentar e defender demandas específicas da atividade econômica à qual estavam vinculados, sem que isso representasse uma ruptura com o projeto de centralização. Também aponta o jogo de forças e os limites dessa atuação. Veja-se que, naquela oportunidade, por exemplo, Gonçalves Martins falava na condição de Ministro (e não de deputado pela Bahia). Portanto, sua defesa do açúcar deveria ocorrer de forma discreta, para que não restasse a impressão de que ele sobrepujasse interesses de cunho pessoal, econômico e/ou provincial acima dos interesses do Império. É assim que o vemos recuar. Em sua fala, o açúcar é inicialmente privilegiado, e o café tratado como lavoura “também” muito importante. Quando questionado reiteradamente, ele reelabora o discurso e se refere ao café como “principal ramo de riqueza do país”.

Meses depois, na sessão de 1 de julho, falas proferidas pelo deputado liberal baiano Luiz Antonio Barbosa de Almeida fornecem mais um exemplo de como os debates sobre o melhoramento açucareiro permearam a política imperial⁴⁴. Recriminando o partido conservador e o

43 ANNAES, 1877b, p. 41. [grifo nosso].

44 Luiz Antonio Barbosa de Almeida era natural de Salvador, filho do Major Caetano Vicente de Almeida e de Luisa Clara Joaquina Barbosa de Oliveira. Formou-se em direito pela faculdade de Olinda e ocupou cargo de juiz de paz, promotor público e vereador na cidade. Liberal e maçom,

então Ministro de agirem, segundo sua percepção, tomando como base interesses pessoais, o deputado se voltou à atuação de Gonçalves Martins na presidência da Bahia. Acusou-o, entre outras coisas, de ter realizado consideráveis despesas e utilizado a receita provincial em proveito próprio na Comissão para melhoramento do açúcar. Isso porque, conforme o deputado, o outrora presidente havia fornecido crédito ilimitado para a realização da Comissão, sem que fosse exigida apresentação de fiador. Segundo ele, valores, estimados em três mil libras esterlinas ou 30 contos de réis, foram sacados inicialmente⁴⁵.

Longa discussão seguiu-se. João Maurício Wanderley e Aprígio José de Souza, deputados pela Bahia, entre outros, saíram em defesa de Gonçalves Martins. Contestaram a ideia de disponibilização de crédito ilimitado, uma vez que, segundo eles, a concessão deveria se limitar a 3 mil libras, além de que a liberação do crédito havia sido discutida e aprovada pela Assembleia Provincial⁴⁶. De fato, a proposta havia sido aprovada na Assembleia por meio do projeto do deputado Junqueira Júnior. Por outro lado, a lei provincial que autorizou a despesa com a expedição se referia a quantia, se não ilimitada, não especificada. Além disso, dizia respeito à “comissão nomeada”, ou seja, que havia sido nomeada antes da promulgação:

Barbosa de Almeida apresentou, então, indícios de possíveis tensionamentos existentes na Assembleia da Bahia em torno da formação da Comissão, bem como da influência que Francisco Gonçalves Martins exercia na política provincial. Segundo ele, houve censura com relação aos atos do Presidente – que nomeou a Comissão antes da autorização da Assembleia – no entanto, a repreensão foi eliminada do parecer relativo à matéria⁴⁷. A ausência de transcrição dos debates nas atas da Assembleia

teve participação ativa na Sabinada. Durante a repressão ao movimento, foi preso por Francisco Gonçalves Martins, então chefe de polícia da província. Este e outros episódios políticos posteriores teriam gerado tensão entre os políticos baianos. Cf.: Wildberger, 1949, p. 482-486.

45 ANNAES, 1877a, p. 29.

46 ANNAES, 1877a, p. 29-30.

47 ANNAES, 1877a, p. 30.

Provincial da Bahia impossibilita que se tenha melhor dimensão desses tensionamentos.

Na discussão do orçamento do Império, ocorrida em 3 de julho de 1852, Francisco Gonçalves Martins se defendeu das críticas proferidas por Barbosa de Almeida, sintetizando o trâmite ocorrido na Assembleia Provincial. Também afirmou que a nomeação dos membros da Comissão – assim como a comunicação à Assembleia deste ato – foi feita antecipadamente, de modo que pudesse ser aprovada em tempo hábil para a realização da expedição. Por fim, enfatizou que havia procedido de tal forma porque a questão era “mais geral do que provincial” e porque “nutria a esperança de que o governo imperial havia de fazer a despesa”. Logo, supunha que a província da Bahia não ficaria onerada com todos os encargos.⁴⁸

Nas sessões seguintes, o melhoramento do açúcar continuou a ser ponto de pauta, ora como parte da discussão do orçamento do Império, ora por meio de projeto. Nos debates sobre orçamento foram apresentadas três emendas a respeito da matéria. A primeira, proposta pelos deputados José Augusto Chaves (Bahia) e Antonio Barreto Pedroso (Rio de Janeiro), autorizava o governo a despender até 100 contos com o melhoramento da cultura da cana e do fabrico do açúcar. A segunda, pelo deputado Antonio Fernandes da Silveira (Sergipe), autorizava o governo a gastar a quantia de até 40 contos na importação de máquinas com o mesmo fim, especificamente para a província de Sergipe. Por fim, uma emenda apresentada por Carlos Carneiro de Campos (São Paulo) e mais 29 deputados abria crédito de até 40 contos para o Ministério do Império despender com exames e experimentos relativos ao melhoramento da cultura da cana e do fabrico do açúcar, “dando parte detalhada ao corpo legislativo do uso que fizer” da verba⁴⁹.

Embora não tenha sido explicitada, nota-se relação entre a última emenda e a Comissão formada na Bahia. A autorização da verba dizia respeito ao Ministério do Império (ocupado por Francisco Gonçalves

48 ANNAES, 1877a, p. 57-58. [grifo nosso].

49 ANNAES, 1877a, p. 69; 390.

Martins) e, diferentemente das outras, houve nesse caso referência a realização de exames, com teor semelhante ao projeto apresentado na Assembleia Provincial da Bahia por Junqueira Junior. Dos 30 deputados que assinaram a proposta, 23 (76,67%) representavam províncias do Norte – majoritariamente as províncias da Bahia e de Pernambuco, principais produtoras de açúcar do Império. Foram oito deputados da Bahia; seis de Pernambuco; quatro do Maranhão; três do Ceará; um de Sergipe e um de Alagoas. Os demais foram: três deputados do Rio de Janeiro; um de São Paulo; um do Espírito Santo; e um do Mato Grosso⁵⁰.

A adesão de deputados do Centro-Sul, como o próprio Antonio Barreto Pedroso, anteriormente crítico à questão, poderia ter se dado em virtude, por exemplo, de alinhamentos de natureza política ou, mais provavelmente, de interesses econômicos. Embora Bahia e Pernambuco fossem as principais províncias produtoras de açúcar no Brasil, áreas situadas no Centro-Sul do país, como a região de Campos dos Goitacazes, entre o Espírito Santo e o Rio de Janeiro, também tinham produção açucareira destacada à época, e deveriam ter interesse na adoção de medidas voltadas para o melhoramento da produção do gênero⁵¹.

Além das emendas ao orçamento, os deputados Benvenuto Augusto de Magalhães Taques (Bahia) e Antonio José Henriques (Paraíba) apresentaram um projeto de resolução concedendo crédito de 50 contos

50 Por ordem de assinatura: Carlos Carneiro de Campos (São Paulo); João Maurício Wanderley (Bahia); José de Góes Siqueira (Bahia); Augusto Frederico de Oliveira (Pernambuco); Apriego José de Souza (Bahia); Francisco Xavier Paes Barreto (Pernambuco); Antonio Pereira Barreto Pedroso (Rio de Janeiro); Joaquim Vilella de Castro Tavares (Pernambuco); José Thomaz dos Santos e Almeida (Maranhão); Joaquim Marcellino de Brito (Bahia); José Jansen do Paço (Maranhão); Francisco de Paula de Negreiros Sayão Lobato (Rio de Janeiro); João Antonio de Miranda (Rio de Janeiro); André Bastos de Oliveira (Ceará); Luiz Pedreira do Couto Ferraz (Espírito Santos); José Martins Ferreira (Maranhão); Antonio Jansen do Paço (Maranhão); Joaquim José de Oliveira (Mato Grosso); Pereira da Silva (Não identificado); Benvenuto Augusto de Magalhães Taques (Bahia); João José de Almeida Couto (Bahia); Antonio Fernandes da Silveira (Sergipe); Victor de Oliveira (Bahia); Manoel Maria do Amaral (Bahia); João José Ferreira de Aguiar (Pernambuco); João Capistrano Bandeira de Melo (Ceará); Raymundo Ferreira de Araújo Lima (Ceará); José Thomaz Nabuco de Araújo (Pernambuco); Alexandre Bernardino dos Reis e Silva (Pernambuco); Antonio Nunes de Aguiar (Alagoas). Cf. ANNAES, 1877a, p. 388.

51 Sobre a produção açucareira no Espírito Santo, São Paulo e Rio de Janeiro no período ver, respectivamente: Almada (1984), Melo (2009) e Marinho (2016).

ao Ministério do Império, para “despesas com exames e ensaios que tenham por fim melhorar a cultura da cana e o fabrico do açúcar, devendo o governo dar conta circunstanciada ao corpo legislativo do que fizer em virtude desta resolução”⁵². Esse projeto também apresentava consonância com as propostas relativas à Comissão para melhoramento do açúcar, o que sugere a existência de uma articulação política em torno da questão.

O projeto entrou em primeira discussão em 23 de agosto e provocou intenso debate nas sessões seguintes. Cinco indivíduos se debruçaram sobre a matéria de forma extensiva: os deputados Frederico de Almeida e Albuquerque (Paraíba), Francisco de Paula Candido (Minas Gerais), Casimiro José de Moares Sarmiento (Rio Grande do Norte), Joaquim Manoel Carneiro da Cunha (Paraíba), e o Ministro do Império, Francisco Gonçalves Martins.

Frederico de Almeida e Albuquerque e Francisco de Paula Candido foram os primeiros a se pronunciar. Ambos apresentaram ressalvas ao projeto. Aquele considerou que a realização de exames e estudos não seria suficiente para mudar o estado que a produção açucareira se encontrava, pois, realizados aprimoramentos, subsistiriam outros problemas que afetavam a agricultura brasileira como um todo. Este ponderou se o melhoramento do fabrico do açúcar tornaria a mercadoria competitiva no mercado mundial e a quem (governo ou particulares) cabia financiar estas iniciativas. Ao final, no entanto, votaram a favor da proposta⁵³.

Gonçalves Martins aproveitou o ensejo e reforçou os argumentos anteriormente apresentados sobre a situação desfavorável da produção de açúcar no Brasil, quando comparada a outros países. Também externou preocupação de cunho pessoal com a questão. Por ela se interessava não apenas pela posição que ocupava, “mas também porque é uma questão esta que afeta os interesses futuros dos meus filhos, que têm de viver à custa da lavoura do açúcar como viveram os meus antepassados”⁵⁴. Ficava, assim, explícito que a preocupação do político com a produção

52 ANNAES, 1877a, p. 545.

53 ANNAES, 1877a, p. 698-703.

54 ANNAES, 1877a, p. 703-704.

açucareira se fundamentava, em certa medida, em seus interesses socioeconômicos.

O Ministro afirmou concordar que os principais esforços, ou quase todos relativos a melhoramentos deveriam ser da iniciativa privada. Considerava, entretanto, que a situação em que a lavoura açucareira se encontrava demandava que o governo tomasse este objeto em “muita séria consideração”. Para ele, a medida mais eficaz a ser adotada seria a formação de uma comissão. Composta por especialistas, dedicada a analisar inovações realizadas na cultura de cana e beterraba e no fabrico do açúcar em outros países, a identificar práticas e ferramentas que pudessem ser empregadas no Brasil e a contratar trabalhadores especializados.⁵⁵ Uma comissão tal qual a formada na província da Bahia, poderia ter dito.

De acordo com ele, essa medida seria favorável por alguns fatores. Primeiro, faria com que os lavradores pudessem ter acesso direto a informações e instrumentos dos quais apenas tinham notícias. Segundo, pouparia os interessados no melhoramento agrícola da ação de charlatães, que apresentavam falsas promessas de inovações e causavam prejuízos. Além disso, uma comissão formada por pessoas capacitadas estaria mais apta que os proprietários e o governo para proceder a análise de máquinas e processos complexos⁵⁶.

Na sessão de 25 de agosto, o deputado liberal Casimiro José de Moraes Sarmiento, que vinha fazendo intervenções pontuais na discussão anterior, monopolizou a palavra e se opôs veemente ao projeto. Afirmou que não considerava a proposta apresentada como a forma mais apropriada de se proteger a agricultura; criticou a postura de Martins, que, para ele, enquanto Ministro e membro do poder executivo, não deveria se ocupar de questões como esta; e contestou a tese da decadência da produção açucareira, uma vez que, conforme o deputado, não havia registros de abandono da cultura da cana e do fabrico do açúcar. Pelo contrário, as exportações do açúcar brasileiro apresentavam relativa estabilidade e a

55 ANNAES, 1877a, p. 705.

56 ANNAES, 1877a, p. 705.

realização de investimentos no negócio continuava existindo. Prova disso era o fato de o próprio Gonçalves Martins ter adquirido um engenho naquela conjuntura, fazendo-se “agricultor de canas”⁵⁷.

Também recorreu a análises comparativas com a produção de açúcar realizada em outros países. Segundo o deputado, embora houvesse aperfeiçoamentos na produção de açúcar de beterraba, por uma série de fatores seria incorreto afirmar que ela interromperia a demanda pelo açúcar de cana. Por outro lado, a despeito de que a indústria açucareira no Brasil estivesse “atrasada” em relação a Cuba e Jamaica, por exemplo, não se poderia concluir que a produção brasileira não dava lucros⁵⁸.

Em seguida, defendeu que cabia à iniciativa privada, e não ao governo, promover os melhoramentos. Na sua concepção, se os lavradores se encontravam tão empobrecidos a ponto de não poderem promover aprimoramentos necessários na produção açucareira, financiá-los com dinheiro do governo – tirado “da bolsa dos outros industriais” por meio do pagamento de impostos –, como queriam o Ministro do Império e os deputados que apoiavam o projeto, era “uma das espécies de comunismo mais perigosa; comunismo disfarçado”, apoiou Manoel Mello Franco (Minas Gerais). Era o Estado agindo em favor do equilíbrio das fortunas “tirando de uns sem seu consentimento, e dando a outros sem retribuição”, encarregado “de realizar a obra do nivelamento por via da espoliação” – pronunciou ao som de risadas. Para o parlamentar, mesmo que os exames e estudos fossem realizados com sucesso os resultados obtidos beneficiariam apenas poucos indivíduos⁵⁹.

Moraes Sarmento insinuou ainda que o destino da verba solicitada pelo Ministro do Império seria a Comissão para melhoramento do açúcar da província da Bahia, uma vez que Francisco Gonçalves Martins havia afeiçoado à “assembleia provincial que contava com o auxílio do poderoso governo geral para aquela comissão”. E sugeriu que o Ministro utilizaria dos trabalhos realizados em benefício próprio: “sua excelência

57 ANNAES, 1877a, p. 710-711.

58 ANNAES, 1877a, p. 711-712.

59 ANNAES, 1877, p. 713-716.

sendo hoje senhor de engenho, o que quer é constituir-se um hábil fabricante de açúcar, a fim de poder colher os maiores lucros possíveis de seus engenhos”. Tendo ingressado no recinto Gonçalves Martins, Moraes Sarmento criticou enfaticamente as despesas realizadas com a Comissão na província da Bahia e, após realizar um apanhado de seus argumentos, votou contra o projeto.⁶⁰ Os argumentos por ele apresentados receberam reforço do deputado Joaquim Manoel Carneiro da Cunha, que se pronunciou sobre a matéria na sessão do dia 26⁶¹.

Com o encerramento dos debates, o projeto entrou em votação e alcançou aprovação inicial. A pedido do deputado Aprígio José de Souza, se dispensou o interstício e seguiu-se para a terceira discussão. Voltando à pauta em 27 de agosto, obteve-se mais uma aprovação, e a ele incorporou-se uma emenda, proposta pelos deputados Aprígio, Góes, Ferreira de Aguiar, Augusto de Oliveira, Taques e F. A. Albuquerque, que isentava de impostos as máquinas utilizadas na cultura da cana e no fabrico do açúcar que fossem importadas pelos proprietários para seus engenhos. O projeto seguiu, então, para redação, sendo definitivamente aprovado na sessão seguinte⁶² e apresentado no senado em 31 de agosto⁶³, dias antes do encerramento dos trabalhos daquele ano. Não foram encontradas notícias do rumo que tomou a partir de então.

No ano seguinte, 1853, teve início a nova legislatura na Assembleia Geral e Francisco Gonçalves Martins, ainda na condição de Ministro do Império, voltou a fomentar ações direcionadas a melhoramentos na produção açucareira por parte dos deputados. De acordo com ele, embora a matéria tivesse sido tomada como alvo de debates na sessão anterior, nenhuma providência havia sido tomada por falta de tempo. Agora, trazia também as primeiras notícias da já concluída viagem da Comissão da Bahia⁶⁴. Partindo-se do pressuposto de que a proposta apresentada na

60 ANNAES, 1877, p. 717-719.

61 ANNAES, 1877, p. 721

62 ANNAES, 1877, p. 721-737

63 ANAIS, 1978, p. 461.

64 Martins, 1853, p. 29-31.

Assembleia Geral dizia respeito à mesma Comissão formada na Bahia, a conclusão da expedição pode ter levado ao enfraquecimento do debate sobre o financiamento imperial.

3. Resultados da Comissão

Embora o melhoramento da produção açucareira não dissesse respeito exclusivamente à Bahia⁶⁵, a questão era vital para a província, onde o açúcar respondeu por 69,8% das exportações no ano financeiro de 1850-1851⁶⁶. Nesse sentido, se valendo das prerrogativas legais que garantiam às províncias a administração das verbas dos orçamentos provinciais⁶⁷ e em virtude da aprovação da despesa pela Assembleia da Bahia, a Comissão para melhoramento do cultivo da cana e do fabrico do açúcar teve início em 1852, com financiamento dos cofres provinciais. Conforme apontado por Kelly Oliveira, demandas regionais, ainda que de interesse nacional, nem sempre encontravam eco na Assembleia Geral, mesmo quando apresentadas por importantes vultos políticos. Isso fazia com que essas demandas refluíssem para o poder legislativo provincial, que buscava atendê-las dentro das suas competências⁶⁸.

Em dezembro de 1852, John Monteiro Carson e Joaquim Antonio Moitinho Júnior já haviam passado pelos Estados Unidos e se dirigido a Cuba⁶⁹. Em março de 1853, informações preliminares das atividades realizadas foram apresentadas pelo novo presidente da Bahia, João Maurício Wanderley, em sua fala na abertura da Assembleia Provincial⁷⁰.

65 No mesmo período, estavam em andamento iniciativas voltadas para o melhoramento da produção açucareira em outras províncias brasileiras, como em Pernambuco e no Rio de Janeiro. Cf.: Eisenberg, 1977; Marinho, 2016.

66 Tavares, Purificação e Nascimento, 1978, p. 25.

67 Embora a Lei de Interpretação do Ato Adicional (1840) tenha alterado algumas das atribuições das Assembleias Provinciais, elas continuaram tendo sob seu poder a administração dos orçamentos das províncias. Cf.: Dolhnikoff, 2005.

68 Oliveira, 2022, p. 21.

69 Legação, 1852.

70 Há indícios de que à época, João Maurício Wanderley e Francisco Gonçalves Martins fossem próximos. Wanderley havia sido Juiz de Direito da comarca Santo Amaro, terra natal de Gonçalves

Wanderley procurou transmitir otimismo a respeito das perspectivas abertas a partir dos trabalhos da Comissão. É provável que a mensagem visasse aplacar ânimos e expectativas existentes frente às promessas de melhoramentos e despesas efetuadas. Segundo ele, caso fossem empregados métodos utilizados em outras regiões do mundo, a produção açucareira baiana aumentaria e o trabalho escravo seria otimizado, isto é, a produção açucareira baiana seria capaz de superar o “atraso” e alcançar o patamar dos países “avançados”. O presidente afirmou, no entanto, pensar que o governo deveria ocupar papel coadjuvante na realização de tais mudanças, cabendo aos proprietários o protagonismo na sua efetivação⁷¹. Em abril daquele ano, o deputado José Duarte submeteu requerimento à Assembleia Provincial, no qual eram solicitadas ao governo da província informações sobre os gastos realizados e resultados obtidos com a Comissão⁷².

Quando as sessões da Assembleia Provincial da Bahia foram abertas em 1854, relatórios das análises realizadas por Carson e Moitinho ainda não haviam sido apresentados. Conforme Wanderley, Carson adoeceu no retorno ao Brasil⁷³, o que o teria impossibilitado de realizar ensaios e experimentos necessários à elaboração do parecer. Enquanto isso, Moitinho Junior havia alegado que não teve condições de estudar a produção açucareira baiana, para compará-la com as observações realizadas na viagem, o que dificultava a construção de seu relatório. Assim, a província concedeu gratificação mensal de 200 mil réis, por três meses, para que ele visitasse engenhos no Recôncavo, analisando as culturas da cana e de tabaco, propondo e ensinando melhoramentos⁷⁴.

Martins, e Chefe de Polícia durante o período em que este presidiu a Bahia. Ademais, Wanderley se casaria com Antônia Thereza de Sá Pitta e Argolo, filha de Antônio Bernardino da Rocha Pitta e Argolo, Conde de Passé, e cunhada de Maria José da Conceição Martins, uma das filhas de Gonçalves Martins. Cf.: Pinho, 1937; Wildberger, 1949.

71 Wanderley, 1853, p. 73-74.

72 Atas da Assembleia Provincial da Bahia. APEB. Salvador, Brasil. Seção Legislativo, livro 234.

73 Indícios fornecidos por Kidder e Fletcher sugerem que Carson era uma pessoa com saúde frágil. Cf.: Kidder e Fletcher, 1941, p. 231.

74 Wanderley, 1854, p. 24-26.

Diante da demora na apresentação das análises, o Presidente asseverou que as despesas com a Comissão não seriam em vão, especialmente se os proprietários se empenhassem no melhoramento ou reforma total do cultivo da cana e da fabricação de açúcar. Na verdade, segundo ele, algum resultado já era observado. Proprietários haviam incumbido Carson da contratação de trabalhadores nos Estados Unidos e, empregando-os na empresa açucareira com “instrumentos agrários mais aperfeiçoados”, já era possível observar aumento na produção e na produtividade. Ao mesmo tempo, verificando o sucesso das inovações, outros proprietários demonstravam interesse nos melhoramentos.⁷⁵

Além disso, parte das incertezas relativas à Comissão se dissipavam. Já era possível conhecer as aquisições feitas: uma máquina à vapor, que utilizava o sistema Rillieux, encomendada de Glasgow (por 3,600 libras); ferramentas; sementes; nove animais para melhoramento das raças de gado vacum e cavalar, dos quais cinco haviam morrido no caminho; bem como duas máquinas de descaroçar algodão. Também já se tinha cálculo parcial dos custos da expedição. Até o momento haviam sido gastos 33:448\$415rs e foi estimado pelo presidente que mais 18:000\$000rs seriam despendidos com a conclusão do pagamento pela importação da máquina a vapor⁷⁶.

Ao final dos trabalhos, os valores efetivados (71:631\$977rs) superaram significativamente as estimativas realizadas por Wanderley. Foram gastos 44:439\$848rs com a aquisição da máquina a vapor; 13:351\$491rs com compra de animais, ferramentas e sementes; 6:921\$961rs com despesas pessoais de Carson e Moitinho Júnior; 6:048\$000rs com fretes; e 870\$677rs com comissões, portes de cartas, gratificações e outras custas realizadas na Inglaterra e nos Estados Unidos⁷⁷. Excetuando o valor a ser ressarcido pelo aparelho, a província arcaria com 27:142\$430rs, o equivalente a 3,41% da despesa orçada para o ano de 1853⁷⁸.

75 Wanderley, 1854, p. 24.

76 Wanderley, 1854, p. 25.

77 Lima, 1856, anexo 34.

78 A despesa orçada para o ano de 1853 foi de 797:081\$618rs. Cf. Wanderley, 1854, p. 28.

Ainda no ano de 1854 foi entregue e publicado o “Primeiro relatório apresentado à presidência da Bahia sobre os melhoramentos da cultura da cana, e do fabrico do açúcar, por João Monteiro Carson”. Havia perspectiva de que um segundo relatório fosse entregue pelo engenheiro⁷⁹, e que fosse impressa a análise realizada por Moitinho Júnior⁸⁰, mas não foram encontradas referências da existência destes documentos. Uma das poucas manifestações por ele realizadas e por nós localizadas diz respeito a uma resposta a publicações que vinham sendo realizadas por *O Paiz*, àquilo que era considerado pelo periódico da Bahia como “esbanjamento dos dinheiros público”. Em correspondência à redação, Moutinho Junior solicitou que fosse publicada a declaração ao público de que, como membro da Comissão “não anuiu a nenhuma das compras e contratos feitos pelo Sr. Carson”⁸¹.

No primeiro parecer, Carson realizou longa exposição sobre a situação da produção açucareira e sobre medidas que considerava necessárias para torná-la mais eficiente. Também descreveu os fatores que o levaram a considerar o chamado “aparelho escocês” como máquina a vapor mais apropriada para ser empregada no fabrico de açúcar na Bahia e as razões que levaram à não aquisição de clarificadores⁸².

Apesar de não ter logrado apoio da Assembleia Geral a tempo hábil de ser amparada pelos cofres imperiais, os trabalhos da Comissão repercutiram nacionalmente. Acontecimentos novos eram noticiados em jornais da Bahia e de outras províncias, como por exemplo, na chegada dos animais, ferramentas e trabalhadores, noticiada no *Jornal do Commercio* em abril de 1853⁸³. Além disso, a partir de 1854, de maneira

79 Carson viria a falecer em julho de 1858. Dado às referências ao seu adoecimento, é possível que sua saúde tenha influenciado sobre as possibilidades de elaboração do material. Cf.: Inventário João Monteiro Carson. APEB. Seção Judiciária, série Inventários, classificação 05/2153/3622/11.

80 Wanderley, 1855, p. 38.

81 *O Paiz*, nº. 30, 1854, p. 4. Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, Brasil. Hemeroteca Digital Brasileira (Doravante, BN/HDB). Sobre as críticas aos gastos empreendidos ver: *O Paiz*, nº. 16, 17 e 22, 1854. BN/HDB.

82 Cf. Carson, 1854.

83 *Jornal do Commercio*, nº. 112, 1853, p. 1. BN/HDB.

direta, em cópias integrais ou parciais, o relatório elaborado por Carson foi reproduzido em jornais do Espírito Santo⁸⁴, em Pernambuco⁸⁵ e em Santa Catarina⁸⁶. O relatório e a expedição também eram contemplados nas páginas de periódicos em diferentes províncias quando se reproduzia falas de Presidentes da Bahia ou quando vinham à tona debates ocorridos a respeito da matéria na Assembleia Geral. Há indícios ainda de que cópias dos relatórios tenham sido remetidas pelo governo da Bahia para as administrações das demais províncias. No Maranhão e no Pará, exemplares foram redistribuídos pelos presidentes para agricultores interessados na matéria e câmaras municipais⁸⁷.

Ademais, a Comissão e o relatório levaram à mobilização de iniciativas em diferentes províncias do Brasil, evidenciando que a preocupação com o melhoramento do açúcar não se restringia à Bahia. Na sessão da Assembleia de Pernambuco, em 30 de março de 1854, tomando como base informações fornecidas no relatório de Carson, o deputado Francisco Carlos Brandão apresentou projeto para a aquisição de máquinas voltadas para o melhoramento da produção agrícola na província. O deputado, que também era um dos representantes de Pernambuco na Assembleia Geral desde o ano de 1853, manifestou seu descontentamento acerca de como a questão vinha sendo abordada pelo Império e afirmou que a matéria se tratava “do rigoroso dever do poder legislativo provincial, já que o governo geral disso não cuida”⁸⁸. Um ano depois, em 16 de março de 1855, tendo-se extraviado o projeto apresentado em 1854, Brandão reforçou a importância da Comissão realizada pela província da Bahia e apresentou novo projeto em prol da agricultura pernambucana.⁸⁹ Ainda em 1854, na Assembleia do Rio de Janeiro, o deputado Moraes Antas, propôs que a província “imitasse” a Bahia, encarregando uma comissão formada por “homens ilustrados e provectos, e presidida por um homem

84 Correio da Victoria, nº. 45 e seguintes, 1854. BN/HDB.

85 Diário de Pernambuco, nº. 131, 1854, p. 3. BN/HDB.

86 O Conservador, nº. 350, 1855, p. 3. BN/HDB.

87 Publicador Maranhense, nº. 1.551, 1854, p. 2; BN/HDB; Treze de Maio, nº. 340, 1854, p. 3. BN/HDB.

88 Diário de Pernambuco, nº. 76, 1854, p. 3. BN/HDB.

89 Diário de Pernambuco, nº. 64B, 1854, p. 1. BN/HDB.

de reputação científica estabelecida” para estudar os melhoramentos do açúcar⁹⁰.

Até então, apesar da elevada despesa e da relativa demora, em tese, a Comissão havia cumprido seu papel. Como proposto inicialmente: foram realizadas análises sobre a produção açucareira na Europa, nos Estados Unidos e nas Antilhas; adquiridas ferramentas, entre outros instrumentos agrícolas, adaptadas às necessidades da província. Também fora publicado, pelo menos, um relatório das atividades realizadas, que repercutiu em outras províncias, e cujo alcance nas diferentes regiões poderá ser verificado em pesquisas futuras. Restava, assim, decidir o local onde seria assentada a máquina a vapor. De acordo com Wanderley, era preciso que a propriedade atendesse a dois critérios: dispor de mão de obra necessária para dar vazão à capacidade de processamento do aparelho (estimada em 100 enxadas); e possuir localização privilegiada, para que os melhoramentos no fabrico do açúcar pudessem ser observados⁹¹.

Em 22 de maio de 1854, a presidência da Bahia abriu concurso para apresentação de propostas por parte de senhores de engenho interessados na aquisição da máquina. Foram efetuadas duas candidaturas: uma por Miguel de Teive e Argollo⁹² e outra por ninguém menos do que Francisco Gonçalves Martins. O plano de Teive e Argollo propunha que o aparelho fosse assentado em Itapagipe ou no Bonfim, em Salvador. Contudo, qualquer que fosse o local, havia condições atreladas à instalação: no primeiro caso, concessão do Forte e terras na península; no segundo, abertura de um canal para entrada de embarcações que transportassem cana. O programa previa ainda: livre visita a interessados em conhecer o maquinário; refinamento do açúcar durante o inverno; e ressarcimento do valor de compra em prestações de 2:000\$000rs anuais – iniciando dois

90 Diário do Rio de Janeiro, nº. 222, 1854, p. 2. BN/HDB.

91 Wanderley, 1854, p. 26.

92 Miguel de Teive e Argollo, futuro Barão de Paramirim, era baiano, membro de família proprietária de engenho em São Francisco do Conde. Entre outras coisas, havia sido deputado provincial, membro da Sociedade de Agricultura, Comércio e Indústria da Província da Bahia e membro da comissão responsável por analisar as inovações promovidas por Thomaz Pedreira Geremoabo no Engenho Novo. Cf. Bulcão Sobrinho, s.d.; Araújo, 2010.

anos após o começo do contrato e tendo como garantia seus bens e a própria máquina⁹³.

Por sua vez, a proposta apresentada por Martins defendia: instalação da máquina à vapor em seu engenho, sob direção de Carson; livre acesso àqueles que quisessem aprender sobre os resultados das inovações; e ressarcimento à província dos custos da máquina em oito letras anuais de igual valor, a serem pagas depois de duas safras. Esta proposta foi vencedora, entre outros fatores, por se considerar que: a localização do engenho, no coração do Recôncavo Baiano, era privilegiada, e favoreceria o contato de outros proprietários com a máquina à vapor, com as novas ferramentas e com os melhoramentos que viessem a ser ali desenvolvidos; a proposta havia sido redigida pelo chefe da comissão para melhoramento do açúcar, John Monteiro Carson, assim como o aparelho seria por ele instalado e se supunha que, desta forma, seria possível colocar em prática os conhecimentos adquiridos durante a expedição; as condições de pagamento apresentadas por Martins eram mais vantajosas para a província⁹⁴.

No contrato assinado em 24 de julho de 1854 ficou estabelecido que Gonçalves Martins deveria indenizar integralmente os cofres provinciais dos custos de aquisição da máquina, incluindo despesas de transportes, 44:489\$547rs, no prazo de 10 anos, em oito letras de 5:554\$943rs. A quitação deveria ser iniciada duas safras após o início do contrato, isto é, em abril de 1857, e finalizada em abril de 1864. Como garantia do pagamento ficavam hipotecados o engenho a ele pertencente e a máquina⁹⁵.

A instalação da máquina a vapor no engenho de Francisco Gonçalves Martins se configurou enquanto prato cheio para a oposição, que utilizou o fato para alegar que ele agia com base em interesses pessoais e em

93 Wanderley, 1855, anexo 13.

94 Wanderley, 1855, anexo 13.

95 O valor relativo ao ressarcimento da máquina a vapor que aparece no contrato difere em 49\$699rs para mais do valor de aquisição apresentado no relatório das despesas realizadas com a Comissão em 1856. O valor da soma das parcelas também difere ligeiramente de ambos os valores. Cf.: Wanderley, 1855, anexo 14; Lima, 1856, anexo 34.

benefício próprio. Em 1854, por exemplo, o jornal liberal *O Grito Nacional* publicou uma sátira intitulada *Os salteadores*, um drama “herói-cômico” no qual criticava ferrenhamente Gonçalves Martins e a Comissão⁹⁶.

Em dezembro de 1856, quando estava prestes a ter início o ressarcimento, a lei 607 de 19 de dezembro, referente ao orçamento provincial, autorizou o governo a renovar ou modificar o contrato celebrado com Martins⁹⁷. Conforme João Lins Vieira Cansanção de Sinimbú, então presidente da Bahia, isso se devia ao fato de que o aparelho era “tão dispendioso, quanto imperfeito”, o que estava levando a perda de safras e prejuízos. O novo contrato, firmado em 18 de março de 1857, alterava as condições e o prazo de pagamento. A partir de então, Martins estava obrigado a quitar o débito em 22 letras anuais de 2:000\$000rs mais uma letra de 4:439\$547rs, a serem pagas de março de 1860 a março de 1881⁹⁸.

Quando, em 1868, num período sensível da história do país, Rodrigues Torres recebeu nova indicação para a presidência do Conselho de Ministros, Francisco Gonçalves Martins, naquela altura senador e desembargador do Tribunal da Relação da Bahia, Barão de São Lourenço, foi mais uma vez nomeado presidente da província. Naquela altura, sua atuação na Comissão para melhoramento do açúcar continuava a reverberar na política imperial e se tornou alvo de duras críticas proferidas pelo liberal baiano José Antônio Saraiva, na sessão do senado de 6 de julho de 1869.

Gonçalves Martins se defendeu das acusações na sessão do dia oito. Declarou, entre outras coisas, que a incursão na busca por aprimoramentos agrícolas o teria levado a embaraços financeiros, e forneceu sua versão sobre os resultados da Comissão. Em discurso dramático, afirmou que, retornando à Bahia após deixar o cargo de Ministro do Império, em 1853, encontrou depositadas no Arsenal da província aquisições feitas pela Comissão: alguns animais, ferramentas e a máquina a vapor⁹⁹. Segundo

96 *O Grito Nacional*, 1854, p. 4. BN/HDB.

97 *Leis*, 1856.

98 Sinimbú, 1857, p. 125, anexo 38.

99 ANNAES, 1869, p. 87-149.

ele, “vendo que ninguém solicitava tais objetos, que se estragavam ao tempo, e os animais podiam morrer, como sucedeu a um deles”, se arrependeu de empregar a verba provincial na empreitada.

“Envergonhado”, buscando se redimir, comprou muitas das ferramentas, algumas das quais “ficaram sem serventia à falta de conhecimento práticos, e de outros recursos” e todos os animais trazidos pela Comissão. Por fim, “animado por Carson”, entrou no concurso para a aquisição da máquina a vapor, do qual “infelizmente saiu vitorioso”¹⁰⁰. São Lourenço relatou ter empreendido grande reforma no engenho e estimou ter gasto, pelo menos, 400:000\$000rs buscando colocar a máquina a vapor em operação. Disse ainda ter perdido duas safras no processo e, no final da terceira, quando deveria ser iniciado o pagamento à província, “depois de tudo pronto não se fez açúcar!” A ele teria sido ofertada a abolição da dívida com a província, o que não aceitou¹⁰¹.

Francisco Gonçalves Martins viria a falecer três anos após o episódio que protagonizou no senado, em setembro de 1872. Não foram localizadas informações a respeito de quantas parcelas foram efetivamente pagas pela aquisição da máquina a vapor. Também não foi localizado seu inventário, de modo que se possa verificar a situação financeira que se encontrava à época, embora uma publicação do *Correio da Bahia* tenha afirmado que estava “pobre e endividado”¹⁰². No ano seguinte, a lei 1.335, de 30 de junho de 1873, permitiu que a dívida contraída em virtude da aquisição da máquina a vapor fosse abolida¹⁰³.

Considerações finais

Entre finais do século XVIII e início do século XIX, as produções de açúcar e café no Brasil foram beneficiadas por estímulos externos, resultantes de transformações no mercado mundial de “commodities”

100 ANNAES, 1869, p. 87-149.

101 ANNAES, 1869, p. 87-149.

102 *Correio da Bahia*, nº. 137, 1877, p. 1. BN/HDB.

103 Lei 1.335 de 30 de junho de 1873. Cf.: Leis, 1873.

tropicais. Cultivo relativamente novo, o café foi disseminado e se propagou com sucesso no Vale do Rio Paraíba, tornando-se, na década de 1830, principal produto de exportação brasileiro e hegemônico no comércio internacional. Por sua vez, o cultivo da cana e o fabrico do açúcar tiveram novo impulso e se expandiram em áreas como o Recôncavo Baiano, onde o desenvolvimento da atividade remontava ao período colonial.

Concomitante àqueles processos, ocorreram os movimentos de independência, construção e consolidação do Estado e da Nação no Brasil. Em meio a propostas diversas, se fortaleceu um projeto intimamente relacionado aos interesses da agricultura de exportação, de centralização política e manutenção da escravidão. Dirigido por indivíduos ligados à cafeicultura do Vale do Paraíba, esse projeto político contou com a participação de atores pertencentes a outras regiões e vinculados a atividades econômicas diversas, como a produção açucareira no Recôncavo, que desempenhavam papel de suma importância na política e na economia do país.

No início da década de 1850, a promulgação da Lei Eusébio de Queirós aboliu o tráfico transatlântico de africanos e africanas escravizados para o Brasil, colocando em definitivo o problema do suprimento da demanda por mão de obra. À época, o café foi responsável, pela primeira vez, por mais da metade das exportações brasileiras e o açúcar por menos de 20% destas. Além disso, ao contrário do café, o açúcar brasileiro enfrentava forte concorrência no mercado mundial da produção de açúcar, tanto de cana quanto de beterraba.

A atuação de Francisco Gonçalves Martins, senhor de engenho e político, no que tange à Comissão para melhoramento da cultura da cana e no fabrico do açúcar da província da Bahia, evidencia apreensão por parte de indivíduos ligados à produção açucareira em relação ao destino da atividade econômica – e, por conseguinte, do seu destino. Em um período de distanciamento entre experiências pretéritas e perspectivas futuras, a produção açucareira baiana aparentava, aos olhos de determinados indivíduos, “atrasada”. Assim, segundo eles, era necessário promover aprimoramentos para que ela alcançasse o patamar dos países “avançados”. Isso resultaria, em tese, na melhora da posição do açúcar no

mercado externo e no fortalecimento do local dos produtores de açúcar na economia e, infere-se, na política nacional.

Vinculado ao que viria a ser o partido conservador desde o Regresso, Francisco Gonçalves Martins aproveitou-se do papel que ocupava no centro para fazer política em favor dos interesses aos quais estava social e economicamente ligado. Essa era uma prática relativamente comum na política imperial, mas vista de maneira pejorativa quando se tratava de interesses tidos como regionais, isto é, que não estavam diretamente relacionados com as demandas da cafeicultura. Em 1852, na condição de presidente da Bahia, na esteira de iniciativas que vinham sendo realizadas em outras áreas produtoras de “commodities”, propôs na Assembleia Provincial a criação de uma expedição para estudar melhoramentos na produção açucareira no exterior e implementá-los na província. A despeito dos eventuais posicionamentos em contrário, foi capaz de articular a formação da Comissão, que contou com orçamento ilimitado.

Mais tarde, como Ministro de Negócios do Império, buscou angariar no Parlamento Imperial amparo à produção açucareira e fomentar a realização de uma Comissão que era, provavelmente, aquela já formada na Bahia. Martins procurou sensibilizar os deputados, chamando atenção para a importância do açúcar para a economia brasileira, se tratando, por conseguinte, o melhoramento da produção açucareira de uma questão nacional. Ao mesmo tempo, explicitou sua vinculação pessoal com a matéria. Ali, sua proposta enfrentou objeção de políticos de diferentes espectros. Alguns se posicionaram de forma contrária à proposta alegando adesão a princípios liberais, outros tomaram como base para oposição a divergência contra o que seria o privilégio de um ramo agrícola ou, de forma mais ampliada, de uma atividade econômica, em detrimento de outras. Ao final, encontrou apoio de deputados representantes de diversas províncias, principalmente do Norte, mas também do Sul do país, que também tinham na produção açucareira um setor econômico relevante. Mas isso não se deu a tempo de que a verba fosse direcionada para a Comissão formada na Bahia, cujos custos foram bancados pelos cofres provinciais, o que evidencia a importância da administração dos orçamentos provinciais pelas próprias províncias para o acolhimento de demandas que não eram atendidas no parlamento imperial.

Se é certo que a historiografia tem apontado para que atuação política e interesses econômicos estavam conjugados, grande parte dos trabalhos a abordar essa articulação contemplam a esfera nacional ou regiões cafeeiras no que é hoje o Sudeste do Brasil. Assim, a atuação de Francisco Gonçalves Martins na Comissão para melhoramento do açúcar contribui para que se possa pensar como interesses específicos de determinados grupos vinculadas a atividades econômicas distintas ao café foram pautados e articulados nas esferas provincial e imperial, as alianças e objeções enfrentadas, as possibilidades e limites dessa atuação.

Ficam evidentes, nesse sentido, algumas das nuances relativas à política imperial em meados do século XIX. O quadro geral levava à associação de proprietários agrícolas de diferentes regiões em torno de objetivos comuns, como a defesa da escravidão e da centralização. Prova disso é a nomeação de Gonçalves Martins para presidência da Bahia e para o cargo de Ministro de Negócios do Império pelo Saquarema Rodrigues Torres em momentos sensíveis da política imperial. Essa aliança não implicava, necessariamente, por parte de políticos ligados ao açúcar, por exemplo, a completa absorção pela Corte. Naquele contexto, particularidades das condições de produção e comercialização do açúcar e do café, por exemplo, geravam demandas específicas a cada uma destas atividades econômicas. No caso de Francisco Gonçalves Martins, político e “agricultor de canas”, constata-se a utilização do espaço ocupado no centro também para pautar demandas da atividade econômica à qual ele estava vinculado.

Bibliografia

- ABREU, M. P.; LAGO, L. A. C. do. “A economia brasileira no Império, 1822-1889”. In: ABREU, M. P. (Org.). *A ordem do progresso: dois séculos de política econômica no Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.
- ALMADA, V. P. F. de. *Escravidão e transição: o Espírito Santo, 1850-1888*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.
- ALMEIDA, M. C. D. P. e. *Ensaio sobre o fabrico do açúcar*. Salvador: FIEB, 2002.
- ALVES, V. B. S. *Os Engenhos Centrais no Recôncavo Baiano: 1874 – 1890*. 2019. 141f. Dissertação (Mestrado Profissional em História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas) – Centro de Artes Humanidades e Letras, Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Cachoeira, 2019.
- BRASIL. Senado Federal. *ANais do Senado do Império do Brasil, 8ª legislatura*. v. 2. Brasília: Senado Federal, 1978.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *ANNAES do Parlamento Brasileiro. Camara dos srs. Deputados, quarto anno da oitava legislatura, sessão de 1852, coligidos por A. P. Pinto em virtude de resolução da mesma camara. Tomo primeiro*. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, 1877b.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *ANNAES do Parlamento Brasileiro. Camara dos srs. Deputados, quarto anno da oitava legislatura, sessão de 1852, coligidos por A. P. Pinto em virtude de resolução da mesma camara. Tomo segundo*. Rio de Janeiro: Typographia de H. J. Pinto, 1877a.
- BRASIL. Senado Federal. *ANNAES do Senado do Imperio do Brazil, primeira sessão em 1869 da decima quarta legislatura, de 1 a 31 de julho, v. 3*. Rio de Janeiro: Typographia do Diario do Rio de Janeiro, 1869.
- ARAÚJO, N. de A. *Pioneirismo e hegemonia: A construção da agronomia como campo científico na Bahia (1832-1911)*. 2010. 366f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010.
- BARICKMAN, B. J. *Um Contraponto Baiano: Fumo, mandioca e escravidão no Recôncavo, 1780-1860*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- BLAKE, A. V. A. S. *Diccionario Bibliográfico Brasileiro*. v. 2. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893.
- BULÇÃO SOBRINHO, A. de A. de A. *Titulares baianos. (Revisão Geral da Divisão de Pesquisas e Atividades Técnicas do Arquivo Nacional, RJ)*. Mimeografado. [S. l.]: [s.n.], [s.d.].

- CARSON, J. M. Primeiro relatório apresentado a presidência da Bahia sobre os melhoramentos da cultura da cana, e do fabrico do açúcar, por João Monteiro Carson. Salvador: Typographia de A. O. da França Guerra e Comp., 1854. In: OLIVEIRA, W. F. A crise da economia açucareira do Recôncavo na segunda metade do século XIX. Salvador: Centro de Estudos Baianos, 1999.
- CARVALHO, J. M. A construção da Ordem: a elite política imperial. Teatro das Sombras: a política imperial. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- BAHIA. Assembleia Legislativa Provincial. COLLECÇÃO das Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa e Regulamentos do Governo da Província da Bahia, Sancionadas e Publicadas nos Anos de 1842 a 1847. v. 4. Bahia: Typ. Constitucional de Antonio O. França Guerra, 1863.
- BAHIA. Assembleia Legislativa Provincial. COLLECÇÃO das Leis e Resoluções da Assembleia Legislativa e Regulamento do Governo da Província da Bahia, Sancionadas e Publicadas nos Anos de 1850 a 1852. v. 6. Bahia: Typ. Constitucional de França Guerra, 1865.
- DOLHNIKOFF, M. O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil. São Paulo: Globo, 2005.
- EISENBERG, P. L. Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco, 1840-1910. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.
- FERNÁNDEZ PRIETO, L. Espacio de poder, ciencia y agricultura en Cuba: el Circulo de Hacendados, 1878-1917. Madri: Consejo Superior de Investigaciones Científicas, 2008.
- FERNÁNDEZ PRIETO, L. “Islands of knowledge: science and agriculture in the history of Latin America and the Caribbean”. *Isis*, Chicago, v. 104, n. 4, p. 788-797, dez. 2013.
- GOUVÊA, M. de F. S. O império das províncias: Rio de Janeiro, 1822-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2008.
- GUIMARÃES, C. G. Bancos, economia e poder no Segundo Reinado: o caso da Sociedade Bancária Mauá, Macgregor & Companhia (1854-1866). 1997. 306f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.
- KIDDER, D. P.; FLETCHER, J. C. O Brasil e os brasileiros: Esboço histórico e descritivo. 7. ed. São Paulo; Rio de Janeiro; Recife; Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1941. v. 2.
- KOSELLECK, R. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto/Ed. PUC-Rio, 2006.

- BRASIL. Legação Imperial nos Estados Unidos. Correspondência enviada ao governo da província da Bahia, 22 de dezembro de 1852. Salvador: Arquivo Público do Estado da Bahia, [1852].
- BAHIA. Assembleia Legislativa Provincial. LEIS e Resoluções da Assembleia Legislativa da Província da Bahia; Sancionadas e Publicadas no Corrente Ano de 1848, n. 292-345. Bahia: Typographia de Galdino Jose Bizerra e Companhia, 1848.
- BAHIA. Assembleia Legislativa Provincial. LEIS e Resoluções da Assembleia Legislativa da Província da Bahia, Sancionadas e Publicadas no Corrente Ano de 1856, n. 584-608. Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra, 1856.
- BAHIA. Assembleia Legislativa Provincial. LEIS e Resoluções da Assembleia Legislativa da Província da Bahia, Anno de 1873. Bahia: Typographia do Correio da Bahia, 1873.
- LIMA, A. T. de M. e. Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da província o doutor Alvaro Tiberio de Moncorvo e Lima, em 14 de maio de 1856. Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1856.
- LOPES, G. A. “Origem e formação socioeconômica do Vale do Paraíba Fluminense: o caso resendense no século XIX”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA & CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 14., 2021, Varginha. Anais [...]. Varginha: ABPHE, 2021. Disponível em: www.abphe.org.br.
- MARINHO, M. de B. M. Escravidão e engenho(s): Um estudo sobre o processo de modernização da indústria açucareira do Norte-Fluminense (1850-1890). 2016. 192f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.
- MARQUESE, R.; SALLES, R. (org.). Escravidão e capitalismo histórico no século XIX: Cuba, Brasil e Estados Unidos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- MARTINS, F. G. Falla que recitou o Presidente da Província da Bahia, o desembargador conselheiro Francisco Gonçalves Martins, n’abertura da Assembléa Legislativa da mesma província, no 1 de março de 1852. Bahia: Typographia Const. de Vicente Ribeiro Moreira, [1852].
- MARTINS, F. G. Relatório apresentado à Assembleia Geral Legislativa na primeira sessão da nona legislatura pelo Ministro e Secretario d’Estado dos Negocios do Imperio Francisco Gonçalves Martins. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1853.

- MATTOS, I. R. de. O tempo Saquarema. São Paulo: HUCITEC; Brasília: INL, 1987.
- MATTOSO, K. Bahia, século XIX: Uma Província no Império. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MELLO, E. C. de. O Norte agrário e o Império (1871-1889). 2. ed. rev. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999.
- MELLO, M. J. de S. e. Novo methodo de fazer o açúcar ou reforma geral economica, dos engenhos do Brazil, em utilidade particular e publica. Bahia: Typog. de Manoel Antonio da Silva Serva, 1816.
- MELLO, J. E. V. de. O açúcar no café: agromanufatura açucareira e modernização em São Paulo (1850-1910). 2009. 487f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- MIRANDA, B. da F. O Vale do Paraíba contra a Lei do Ventre Livre, 1865-1871. 2018. 250f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- NEEDEL, J. “Formação dos partidos políticos no Brasil da Regência à Conciliação, 1831-1857”. *Almanack Braziliense*, São Paulo, n. 10, nov. 2009. DOI: doi.org.
- OLIVEIRA, K. E. M. “A Assembleia provincial de Minas Gerais e o tráfico ilegal de escravizados (1839-1845)”. *Almanack*, Guarulhos, n. 32, 2022. DOI: doi.org.
- OLIVEIRA, N. de C. G. de. O Conselho Geral de Província: espaço de experiência política na Bahia 1828-1834. 2017. 283f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2017.
- PARRON, T. A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- PARRON, T.; YOUSSEF, A. E.; ESTEFANES, B. F. “Vale expandido: contrabando negreiro e a construção de uma dinâmica política nacional no Império do Brasil”. *Almanack*, Guarulhos, n. 7, p. 137-159, jan.-jun. 2014. DOI: dx.doi.org.
- PINHO, W. Cotegipe e seu tempo: primeira phase, 1815-1867. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1937.
- ROOD, D. “Plantation laboratories: industrial experiments in the Cuban sugar mill, 1830-1860”. In: TOMICH, D. (org.). *New frontiers of slavery*. Nova York: SUNY Press, 2016.
- SALLES, R. “O Império do Brasil no contexto do século XIX: escravidão nacional, classe senhorial e intelectuais na formação do Estado”. *Almanack*, Guarulhos, n. 4, p. 5-45, jul.-dez. 2012. DOI: dx.doi.org.

- SANTANA, R. S. Centralização, descentralização e unidade nacional, 1835-1841: o papel da elite política baiana. 2002. 126f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- SANTOS, S. A. dos. Tecido pela escravidão: tráfico e indústria na fábrica têxtil Todos os Santos (Bahia, c.1840-1870). São Paulo: HUCITEC, 2023a.
- SANTOS, S. A. dos. “A Assembleia Legislativa Provincial resolve”: os projetos relativos à economia da Bahia apresentados na Assembleia Legislativa Provincial (1835-1849)”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA E CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA DE EMPRESAS, 15., 2023, Osasco. Anais [...]. São Paulo: ABPHE; Osasco: EPPEN/UNIFESP, 2023b. p. 1-15.
- SILVA, V. S. da. A Moléstia da Cana de Açúcar no Recôncavo Baiano: Política, Saberes, Práticas e Polêmicas Científicas (1865-1904). 2019. 297f. Tese (Doutorado em História) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.
- SINIMBÚ, J. L. V. C. Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da província, o desembargador João Lins Vieira Cansansão Sinimbu no 1º de setembro de 1857. Bahia: Typ. de Antonio Olavo da França Guerra, 1857. Disponível em: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. Hemeroteca Digital.
- SLEMIAN, A. “Delegados do chefe da nação: a função dos presidentes de província na formação do Império do Brasil (1823-1834)”. *Almanack*, São Paulo, n. 6, nov. 2007. DOI: doi.org.
- TAVARES, L. M. T.; PURIFICAÇÃO, V. M. P. da; NASCIMENTO, M. de F. “Cana de açúcar”. In: BAHIA. Governo do Estado da Bahia. A inserção da Bahia na evolução nacional 1a etapa: 1850-1889 atividades produtivas. Salvador: Secretaria do Planejamento, Ciência e Tecnologia, 1978.
- TOMICH, D. Slavery in the circuit of sugar: Martinique and the world economy, 1830-1848. 2. ed. Nova York: SUNY Press, 2016.
- TOMICH, D. Pelo Prisma da Escravidão: Trabalho, Capital e Economia Mundial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.
- WANDERLEY, J. M. Falla que recitou o exm.º presidente da província da Bahia, Dr. João Mauricio Wanderley, n’abertura da Assembléa Legislativa da mesma província, no 1º de março de 1853. Bahia: Typographia de Const. de Vicente Ribeiro Moreira, 1853. Disponível em: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. Hemeroteca Digital.
- WANDERLEY, J. M. Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia

pelo presidente da província, o doutor João Maurício Wanderley no 1º de março de 1854. Bahia: Typographia de Antonio Olavo da França Guerra e Comp., 1854. Disponível em: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. Hemeroteca Digital.

WANDERLEY, J. M. Falla recitada na abertura da Assembléa Legislativa da Bahia pelo presidente da província o doutor João Maurício Wanderley no 1º de março de 1855. Bahia: Typographia de A. Olavo da França Guerra e Comp., 1855. Disponível em: Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, Brasil. Hemeroteca Digital.

WILDBERGER, A. Os Presidentes da Província da Bahia: efetivos e interinos 1824-1889. Salvador: Tipografia Beneditina Ltda, 1949.

YOUSSEF, A. E. Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil (1822-1850). São Paulo: Intermeios; Fapesp, 2016.